



OLIVEIRA, REIS
& ASSOCIADOS,
SROC, LDA.

JOAQUIM OLIVEIRA DE JESUS
CARLOS MANUEL GREINHA
JOÃO CARLOS CRUZEIRO
PEDRO MIGUEL MANSO
MARIA BALBINA CRAVO
PEDRO CORREIA PROENÇA
MANUELA GUERRA OLIVEIRA
OCTÁVIO CARVALHO VILAÇA

Exm^{os}. Senhores

PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DOS SERVIÇOS
MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DE LEIRIA

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE LEIRIA

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LEIRIA

INFORMAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

- 1.º SEMESTRE DE 2024 -

INTRODUÇÃO

Para os efeitos da alínea d) do n.º 2 do artigo 77.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, apresentamos a nossa informação sobre a situação económica e financeira com referência ao primeiro semestre de 2024 dos **SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DE LEIRIA (SMAS)**.

Como os *SMAS* não estão obrigados a elaborar e a apresentar Demonstrações Financeiras Intercalares (Semestrais), os trabalhos realizados tiveram como suporte o Balancete Analítico Acumulado a 30 junho, assim como os mapas de execução orçamental por ele preparados.

RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO

É da responsabilidade dos *SMAS*:

- a) a preparação de informação financeira histórica de acordo com o normativo contabilístico aplicável;
- b) a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados;
- c) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado;
- d) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a atividade, posição financeira ou resultados da entidade.

RESPONSABILIDADES DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS

A nossa responsabilidade consiste em emitir a informação sobre a situação económica e financeira, profissional e independente, baseado nos procedimentos realizados e especificados abaixo.

1 de 13

ÂMBITO

Os procedimentos executados, não constituem uma auditoria nem um exame simplificado feito de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria ou Normas Internacionais de Exame Simplificado, e conseqüentemente, não será expressa uma opinião com segurança aceitável ou moderada.

Ainda assim, os trabalhos executados foram efetuados de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, e com a profundidade considerada necessária nas circunstâncias.

TRABALHO EFETUADO

No decurso do nosso trabalho efetuámos, com base em critérios de amostragem, diversos procedimentos e verificações ao controlo interno e à informação financeira que nos foi disponibilizada, nos quais destacamos:

- A. Análise económica e financeira (Revisão sumária às principais rubricas que compõem a informação económica e financeira e análise de rácios – análise de contas de balanço e de resultados);
- B. Execução Orçamental (Verificação e análise dos valores orçamentados com os valores executados);
 - Despesa
 - Receita
 - Equilíbrio orçamental
 - Indicadores orçamentais
- C. Nível de endividamento;
- D. Sistema de Controlo Interno
- E. Contabilidade de gestão
- F. Acompanhamento das situações evidenciadas na certificação legal das contas de 2023; e
- G. Recomendações e comentários finais decorrentes do trabalho efetuado.

O trabalho consistiu, entre outros, em indagações e procedimentos analíticos, bem como em testes substantivos às transações não usuais de maior significado.

Em conseqüência do trabalho efetuado, emitimos a presente informação:

A. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

A.1. ANÁLISE DAS CONTAS DE RESULTADOS

Gastos e Rendimentos	30 de junho 2024		30 de junho 2023		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Gastos						
Transferências e subsídios concedidos	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
Custo das merc. vendidas e mat. consumidas	2 131 104	21,12%	2 071 243	21,15%	59 861	2,89%
Fornecimento e serviços externos	3 346 829	33,17%	3 339 026	34,09%	7 802	0,23%
Gastos com pessoal	2 355 836	23,35%	2 035 475	20,78%	320 361	15,74%
Gastos de depreciação e de amortização	2 053 793	20,36%	2 180 559	22,26%	-126 765	-5,81%
Perdas por imparidade	109	0,00%	0	0,00%	109	0,00%
Perdas por reduções de justo valor	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
Provisões do período	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
Outros gastos	192 760	1,91%	157 604	1,61%	35 156	22,31%
Gastos por juros e outros encargos	9 381	0,09%	10 732	0,11%	-1 351	-12,59%
TOTAL	10 089 811	100,00%	9 794 639	100,00%	295 172	3,01%
Rendimentos						
Impostos, contribuições e taxas	66 463	0,61%	58 711	0,56%	7 753	13,20%
Vendas	5 053 081	46,01%	4 701 564	44,51%	351 516	7,48%
Prestações de serviços e concessões	4 619 702	42,06%	4 301 349	40,72%	318 353	7,40%
Variações nos inventários da produção	662	0,01%	46 105	0,44%	-45 443	-98,56%
Trabalhos para a própria entidade	67 782	0,62%	94 322	0,89%	-26 540	-28,14%
Transferências e subsídios correntes obtidos	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
Reversões	15 399	0,14%	41 159	0,39%	-25 760	-62,59%
Ganhos por aumentos de justo valor	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
Outros rendimentos	1 159 304	10,56%	1 319 965	12,50%	-160 660	-12,17%
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	0	0,00%	1	0,00%	-1	-100,00%
TOTAL	10 982 393	100,00%	10 563 175	100,00%	419 218	3,97%

Os gastos e rendimentos acima referidos devem ser analisados considerando os efeitos que poderão existir tendo em conta que não resultam de um processo integral de fecho de contas intercalares, como já referido na Introdução desta informação. De referir que o princípio contabilístico da especialização (ou do acréscimo) não foi aplicado na totalidade na informação constante do Balancete que serviu de base a este trabalho, pelo que a análise dos gastos e rendimentos registados no primeiro semestre deve ter esse facto em conta.

A.1.1. Fornecimentos e serviços externos

Esta conta manteve o valor face ao período homólogo, sendo a subconta mais significativa a de *Serviços de fornecimento de água*, que representa 56,02% do total da conta.

A.1.2. Gastos com pessoal

O aumento registado nesta rubrica está relacionado com a atualização da tabela remuneratória única, conforme os Decretos-Lei n.ºs 75/2023, de 29 de agosto, 108/2023, de 22 de novembro, e 13/2024, de 10 de janeiro, e ao aumento do número de colaboradores.

A.1.3. Gastos de depreciação e amortização

A redução desta rubrica está relacionada com o consumo do valor líquido total de um conjunto de bens em 2023 e pela baixa execução de obras conforme apresentado no ponto A.4.2.1.1 – Ativos fixos tangíveis.

A.1.4. Vendas, Prestação de serviços e Concessões

Verificámos que ocorreu um aumento das vendas e prestação de serviços de cerca de 7,48 % e 7,40 %, respetivamente, o qual resulta do aumento do número de contratos celebrados (0,7%), da quantidade de água vendida (3,17 %), da atualização do tarifário (3,3 %) e da redução das perdas de água (1,7 %).

A.1.6. Outros rendimentos

Os outros rendimentos ascenderam no primeiro semestre a 1.159.304 € com uma variação negativa de 160.660 € face ao período homólogo de 2023 devido ao esgotamento de subsidio ao investimento imputado a rendimentos por via do bem subjacente se encontrar totalmente depreciado.

A.2. ANÁLISE DAS CONTAS DE BALANÇO

A.2.1. ATIVO

ATIVO	30/06/24	31/12/23	Δ absoluta	Δ %
ATIVO NÃO CORRENTE				
Ativos fixos tangíveis	49 890 126	50 306 281	(416 155)	-0,83%
Ativos intangíveis	66 940	33 675	33 265	98,78%
Outras contas a receber	295 493	295 399	95	0,03%
Sub total	50 252 559	50 635 354	(382 795)	-0,76%
ATIVO CORRENTE				
Inventários	546 237	543 558	2 679	0,49%
Clientes, contribuintes e utentes	2 545 113	2 151 156	393 957	18,31%
Estado e outros entes públicos	26 486	16 189	10 297	63,60%
Outras contas a receber	52 363	601 822	(549 460)	-91,30%
Diferimentos	257 136	56 524	200 612	354,91%
Caixa e depósitos	10 698 140	7 753 539	2 944 601	37,98%
Sub total	14 125 475	11 122 789	3 002 686	27,00%
TOTAL DO ATIVO	64 378 035	61 758 143	2 619 891	4,24%

A.2.1.1. Ativos fixos tangíveis

A rubrica de *Ativos fixos tangíveis* decresceu comparativamente a 31/12/2023 por os SMAS não terem conseguido executar as obras planeadas por limitações climatéricas que dificultam a execução das obras durante o Inverno e por 3 processos se encontrarem pendentes de visto do Tribunal de Contas no valor aproximado de 3 milhões de euros, a saber: Integração do Sistema Municipal no Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água ao Concelho de Leiria - Sector Central, Subsector de Marrazes e Boavista - Fase I no valor de 1.250.000,00 €; Redes de Abastecimento de Água e de Drenagem de Águas Residuais Domésticas e Requalificação do Arruamento - Troço da Rua Principal no Lugar de Figueiras no montante de 924.135,59 € e; Fornecimento de solução de redução de água não faturada com instalação de telemetria na rede de Leiria Norte e Leiria Sul que ascende a 885.735,28 €.

As duas obras seguintes encontram-se em fase de concurso: Remodelação de Sistemas de Abastecimento de Água - Rede de Distribuição do Vidigal e Rede de Distribuição de Famacão que ascende a 715.000,00 € e a Rede de Drenagem de Águas Residuais Domésticas em Aroeira e Requalificação da EN 109-9 entre Aroeira e Coimbrão - Monte Redondo no valor de 570.000,00 €.

A.2.1.2. Clientes, contribuintes e utentes

A variação desta rubrica deve-se ao facto da cobrança do dia 28/06/2024 no valor de 360.580 € ter sido registada na contabilidade, no dia útil seguinte, que ocorreu em julho de 2024.

A.2.1.3. Outras contas a receber

A variação deve-se essencialmente à regularização de acréscimo de proveitos de tarifas variáveis de água e saneamento.

A.2.2. PATRIMÓNIO LÍQUIDO

PATRIMÓNIO LÍQUIDO	30/06/24	31/12/23	Δ absoluta	Δ %
Património / Capital	20 206 545	20 206 545	-	0,00%
Reservas	2 264 241	2 158 360	105 881	4,91%
Resultados transitados	20 731 472	18 719 739	2 011 733	10,75%
Outras variações no Património Líquido	13 433 279	13 204 566	228 713	1,73%
Resultado líquido do período	892 582	2 117 613	(1 225 031)	-57,85%
TOTAL DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO	57 528 119	56 406 824	1 121 295	1,99%

A.2.2.1. Resultados transitados

O aumento desta rubrica refere-se maioritariamente à transferência de resultados líquidos de 2023, no montante de 2.117.613 €.

A.2.2.2. Outras variações no Património Líquido

A variação deve-se fundamentalmente à imputação de subsídios e transferências para investimentos para rendimento do período e à transferência de subsídios ao investimento da conta #2822 para a #593.

A.2.3. PASSIVO

PASSIVO	30/06/24	31/12/23	Δ absoluta	Δ %
PASSIVO NÃO CORRENTE				
Provisões	604 080	604 080	-	0,00%
Diferimentos	-	1 242 802	(1 242 802)	-100,00%
Outras contas a pagar	1 192 139	1 241 116	(48 976)	-3,95%
Sub total	1 796 219	3 087 997	(1 291 778)	-41,83%
PASSIVO CORRENTE				
Fornecedores	1 209 736	467 856	741 879	158,57%
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	98 149	97 649	500	0,51%
Estado e outros entes públicos	239 021	48 575	190 446	392,06%
Fornecedores de Investimento	327 342	160	327 182	204616,44%
Outras contas a pagar	3 133 442	1 603 075	1 530 368	95,46%
Diferimentos	46 007	46 007	-	0,00%
Sub total	5 053 696	2 263 322	2 790 375	123,29%
TOTAL DO PASSIVO	6 849 916	5 351 319	1 498 597	28,00%

A.2.3.1. Diferimentos

Em 31/12/2023, esta rubrica apresentava o valor dos subsídios ao investimento de obras para imputar em exercícios futuros, que foi totalmente transferido para a rubrica *Outras variações no património líquido* em 2024 por as obras subjacentes se encontrarem em utilização.

A.2.3.2. Fornecedores

O aumento está relacionado com as aquisições efetuadas no decurso da atividade normal dos SMAS. Os valores em dívida foram regularizados em julho 2024.

A.2.3.3. Fornecedores de Investimento

O aumento está relacionado com as aquisições de investimento. Os valores em dívida foram regularizados em julho 2024.

A.2.3.4. Outras dívidas a pagar

A variação deve-se essencialmente à receita dos resíduos sólidos urbanos a entregar ao Município de Leiria.

Os valores em dívida foram regularizados em julho 2024.

A.3. ANÁLISE DE RÁCIOS

Indicadores financeiros	30/06/2024	31/12/2023	Variação %
Liquidez geral (Ativo corrente/ Passivo corrente)	2,80	4,91	-43,12%
Autonomia financeira (Património Líquido/Ativo)	89%	91%	-2,16%
Solvabilidade (Património Líquido/Passivo)	8,40	10,54	-20,32%

Da análise ao quadro acima, verifica-se que os rácios da Entidade apresentam uma redução, face a 31 de dezembro de 2023.

B. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

A verificação da execução orçamental, reportada a 30 de junho de 2024, está naturalmente condicionada pelo facto de a previsão orçamental ser efetuada numa perspetiva anual. Assim, a análise da execução orçamental deve ter em conta que nem todas as despesas e receitas são lineares ao longo do ano, havendo algumas que se realizam no todo ou em maior parte num ou noutro semestre do ano.

B.1. DESPESA

O montante global da despesa executada foi de 9.013.068 €, correspondentes a um grau de execução orçamental de 28,61%, conforme detalhado no quadro seguinte:

Controlo Orçamental da Despesa						
Código Rubrica Orçamental	Classificações orçamentais detalhadas	Dotações corrigidas	%	Compromissos assumidos	Despesas pagas líquidas de reposições	Grau de Execução
D1	Despesas com o pessoal	5 597 610	17,77%	5 143 933	2 053 183	36,68%
D2	Aquisição de bens e serviços	15 856 160	50,34%	14 221 978	5 454 672	34,40%
D3	Juros e outros encargos	1 505	0,00%	16	16	1,08%
D4	Transferências correntes	10	0,00%	0	0	0,00%
D5	Outras despesas correntes	330 010	1,05%	236 075	125 566	38,05%
	Total das Despesas Correntes	21 785 295	69,16%	19 602 002	7 633 438	35,04%
D6	Aquisição de bens de capital	9 644 695	30,62%	6 350 829	1 379 630	14,30%
D7	Transferência e subsídios de capital	5	0,00%	0	0	0,00%
D8	Outras despesas de capital	70 000	0,22%	0	0	0,00%
D9	Despesa com ativos financeiros	5	0,00%	0	0	0,00%
D10	Despesa com passivos financeiros	0	0,00%	0	0	0,00%
	Total das Despesas de Capital	9 714 705	30,84%	6 350 829	1 379 630	14,20%
	Total	31 500 000	100,00%	25 952 831	9 013 068	28,61%

A análise da despesa deve ter em consideração que o respetivo volume está condicionado pelo nível de execução da receita, pelo que deverá ser ponderada essa situação. A despesa dos SMAS será melhor analisada na ótica de gastos, uma vez que o registo da mesma é independente da capacidade de pagamento.

Da análise efetuada ao mapa de execução da despesa relativa ao primeiro semestre de 2024, apresentamos as conclusões mais relevantes:

- As rubricas com maior peso na estrutura das despesas correntes são as *Aquisição de bens e Serviços* (50,34%) e as *Despesas com Pessoal* (17,77%). De referir que a baixa execução das *Despesas com o pessoal* está relacionada com o facto de as mesmas terem sido cabimentadas e comprometidas com base em estimativa para o ano de 2024, considerando as novas contratações.
- A rubrica *Aquisições de bens de capital*, apresenta um grau de execução reduzido, situação que decorre da baixa execução física de obras em curso. De acordo com a informação dos Serviços: "*Nas empreitadas a execução está muito pendente da situação climática de Inverno, quando é normal haver mais execução no Verão, e dos vistos do Tribunal de Contas*".

Não houve aquisição de contadores nem de viaturas no período em análise. De referir ainda que, no primeiro semestre de 2024, as despesas comprometidas totalizavam 25.952.831 € correspondentes a 82,39% do orçamento de despesa, enquanto no primeiro semestre de 2023 era de 80,76%.

No que se refere à execução orçamental da despesa, segue-se o montante dos compromissos totais assumidos e que se encontram por pagar:

Resumo da Execução Orçamental	Dotações corrigidas	Compromissos assumidos	Dotação orçamental não comprometida *	Compromissos a transitar
Total da Despesa Corrente	21 785 295	19 602 002	2 183 293	10 581 864
Total da Despesa de Capital	9 714 705	6 350 829	3 363 876	4 588 725
Total	31 500 000	25 952 831	5 547 169	15 170 589

Na sequência da análise ao mapa da execução orçamental da despesa apresentado pelos SMAS, concluímos que o montante dos compromissos que se encontram por pagar em 30 de junho representa cerca de 58,45% dos compromissos assumidos para o ano em análise.

Verificámos também que a dotação orçamental não comprometida corresponde a 5.547.169 € e representa 17,61% do valor total orçamentado.

B.2. RECEITA

O montante global da receita executada foi de 16.218.778 €, correspondentes a um grau de execução orçamental de 51,49%. Em resumo apresentamos o seguinte quadro:

Controlo Orçamental da Receita						
Código	Descrição	Previsões corrigidas	%	Receitas Liquidadas	Receitas cobradas líquidas	Grau de Execução
R1	Receita fiscal	0	0,00%	0	0	0,00%
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	0	0,00%	0	0	0,00%
R3	Taxas, multas e outras penalidades	131 435	0,42%	73 026	58 602	44,59%
R4	Rendimentos de propriedade	120	0,00%	0	0	0,00%
R5	Transferências e subsídios correntes	35	0,00%	0	0	0,00%
R6	Venda de bens e serviços	24 838 360	78,85%	10 553 310	10 264 499	41,33%
R7	Outras receitas correntes	235 000	0,75%	6 439	7 941	3,38%
	Total das Receitas Correntes	25 204 950	80,02%	10 632 774	10 331 042	40,99%
R8	Venda de bens de investimento	30 020	0,10%	370	14 776	49,22%
R9	Transferências e subsídios de capital	381 066	1,21%	99 846	74 184	19,47%
	Total das Receitas Capital	576 096	1,83%	136 461	168 781	29,30%
R14	Saldo da gerência anterior - operações orçamentais	5 718 954	18,16%	5 718 954	5 718 954	100,00%
	Total	31 500 000	100,00%	16 488 190	16 218 778	51,49%

Em termos de execução da receita, verifica-se que foram liquidadas no primeiro semestre de 2024, 16.218.778 € (16.268.425 € no primeiro semestre de 2023) correspondentes a 51,49% do orçamento de receita (50,24% no primeiro semestre de 2023).

Da análise ao quadro supra, ressaltam como mais relevantes as seguintes situações:

- as Receitas Correntes registaram um grau de execução de 40,99% (38,85% em 2023), tendo a execução da receita nas *Vendas de bens e serviços correntes* (41,33%) contribuído para alcançar o nível de execução obtido;
- as Receitas de Capital, as quais têm uma natureza extraordinária, registaram um grau de execução de 29,30% no final do período em análise (25,13% em 2023).

B.3. EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL

Em termos de valores totais os SMAS apresentam um *Superavit* orçamental geral, conforme quadro seguinte:

Resumo Mapa de Controlo Orçamental	Orçamentado	Realizado	Grau Exec.
Total das Receitas orçamentais	31 500 000,00	16 218 778,16	51,49%
Total das Despesas orçamentais	31 500 000,00	9 013 068,02	28,61%
Superavit orçamental geral	0,00	7 205 710,14	

Durante o primeiro semestre os SMAS apresentam as seguintes modificações orçamentais:

- Orçamento da despesa: nove alterações orçamentais e uma revisão orçamental;
- Orçamento da receita: uma revisão orçamental;
- Plano plurianual de investimentos: nove alterações orçamentais e uma revisão orçamental.

O saldo da gerência anterior foi ainda integrado no Orçamento.

B.4. INDICADORES ORÇAMENTAIS

Indicadores orçamentais	30/06/2024	30/06/2023	Varição %
Grau de Execução Orçamental da Receita	51%	50,00%	2,98%
Grau de Execução Orçamental da Despesa	29%	28,00%	2,19%
Saldo Global	1 486 756€	1 092 179€	36,13%
Saldo Corrente	2 697 604€	3 124 949€	-13,68%
Saldo de Capital	-1 231 512€	-2 044 521€	39,77%
Saldo Primário	1 486 772€	1 092 262€	36,12%

Da análise ao quadro acima verificamos que o Grau de Execução Orçamental da Receita, o Grau de Execução Orçamental da Despesa, o Saldo Global, o Saldo de Capital e o Saldo de Primário apresentam uma melhoria comparativamente ao primeiro semestre de 2023.

Por sua vez, o Saldo Corrente apresenta um agravamento face ao período homólogo de 2023.

C. NÍVEL DE ENDIVIDAMENTO

De acordo com o artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Regime financeiro das autarquias locais e entidades intermunicipais) a dívida total de operações orçamentais dos SMAS, incluindo as entidades incluídas no artigo 54.º, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores. Em 30 de junho de 2024 os SMAS cumpriam o referido limite.

D. SISTEMA DE CONTROLO INTERNO

O Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas determina (artigo 9º) a existência de um sistema de controlo interno que deve *“englobar o plano de organização, as políticas, os métodos e os procedimentos de controlo, bem como todos os outros métodos e procedimentos definidos pelos responsáveis que contribuam para assegurar o desenvolvimento das atividades de forma ordenada e eficiente, incluindo a salvaguarda dos ativos, a prevenção e deteção de situações de ilegalidade, fraude e erro, a exatidão e a integridade dos registos contabilísticos e a preparação oportuna de informação orçamental e financeira fiável.”*

Realçamos, neste âmbito, que se mantém em vigor o ponto 2.9 do POCAL, relativo ao sistema de controlo interno, o qual reveste carácter obrigatório, pelo que a entidade procedeu à atualização do SCI da Entidade, em conformidade com as disposições em vigor.

O sistema de controlo interno da Entidade deve incluir controlos preventivos, detetivos, e corretivos que permitam dar resposta aos riscos de fraude e branqueamento de capitais.

Decorrente do trabalho efetuado verificámos que o regulamento de controlo interno foi revisto e atualizado por forma a fazer face às necessidades atuais da Entidade, bem como à exigência decorrente do Decreto-Lei nº 109-E/2021, de 9 de dezembro, que estabelece o regime geral de prevenção da corrupção, tendo sido aprovado pela Câmara Municipal de Leiria em 27 de junho de 2023, entrando em vigor no dia 4 de julho de 2023.

Ainda nos termos da legislação referida no parágrafo anterior, a Entidade adotou e implementou um programa de cumprimento normativo o qual inclui, um plano de prevenção de riscos de corrupção e infrações conexas, um código de conduta, um programa de formação e um canal de denúncias.

Recomenda-se que seja implementado um processo de monitorização, pelo menos anual, com o objetivo de examinar e avaliar a adequação e a eficácia do sistema de controlo interno da Entidade. Os Serviços informaram-nos de que está a decorrer um concurso para aquisição de serviços de "acompanhamento e auditoria ao programa normativo do regime geral da prevenção da corrupção dos SMAS de Leiria", o qual se encontra em fase de entrega de propostas.

E. CONTABILIDADE DE GESTÃO

A NCP 27 – Contabilidade de Gestão, veio aumentar a exigência das divulgações relacionadas com o sistema de contabilidade de custos.

Não obstante o facto de a Entidade apresentar algumas divulgações, verificamos que não foram incluídas no relatório de gestão de 2023 as divulgações sugeridas nos pontos 34 e seguintes da referida norma.

Nestas circunstâncias, voltamos a recomendar que seja complementado o atual sistema de contabilidade de gestão, conforme preconizado na NCP 27 – Contabilidade de Gestão. Esta deve permitir a obtenção de mapas de informação indicando o custo direto e indireto, com o respetivo rendimento associado (quando aplicável) por cada bem produzido ou serviço prestado, por cada função, unidade ou departamento ou atividade e por cada bem ou serviço pelo qual é praticado um preço ou cobrada uma taxa, conforme previsto no parágrafo 37 da referida NCP.

F. ACOMPANHAMENTO DAS SITUAÇÕES EVIDENCIADAS NA CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Tendo como base o trabalho de auditoria realizado às contas do primeiro semestre de 2024 dos SMAS, apresentamos resumidamente as conclusões relativas ao acompanhamento das situações apresentadas na Certificação Legal das Contas referente ao ano de 2023:

Reservas	Situação em 2023
<i>A Entidade mantém registado na rubrica Diferimentos (passivo) o valor de 1.242.802 euros, relativo a subsídios ao investimento relacionado com obras terminadas e em utilização, o qual deveria encontrar-se registado em Outras variações no património líquido. Por este facto, o Passivo encontra-se sobrevalorizado e o Património Líquido subvalorizado naquele valor. Conforme mencionado na Nota 14.1 do Anexo às demonstrações financeiras, o registo foi efetuado no exercício de 2024.</i>	Situação regularizada em 02/01/2024 através da Nota de Lançamento 1199.

Entendemos que os procedimentos efetuados e a prova obtida proporcionam uma base aceitável para a nossa conclusão.

H) RECOMENDAÇÕES E COMENTÁRIOS FINAIS DECORRENTES DO TRABALHO EFETUADO

Dadas as matérias tratadas neste relatório e ao trabalho de campo desenvolvido, recomenda-se aos Serviços a adoção das seguintes medidas:

- Deverá ser dada continuidade aos procedimentos relacionados com o *interface* entre o software de gestão de clientes e contabilidade;
- Deve ser implementado um processo de monitorização, pelo menos anual, com o objetivo de examinar e avaliar a adequação e a eficácia do sistema de controlo interno da Entidade;
- Deverá ser dada continuidade aos trabalhos de adaptação à NCP 27 – Contabilidade de Gestão.

I) NOTA FINAL

Gostaríamos de agradecer a colaboração prestada por todos os Funcionários dos Serviços do SMAS, não só pela celeridade na apresentação da documentação solicitada, como também pelos esclarecimentos prestados.

Lisboa, 12 de setembro de 2024

OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
Representada por

Joaquim Oliveira de Jesus, ROC n° 1056,
Registado na CMVM sob o n° 20160668